Policiais Federais voltam a fazer ameaça de greve

A Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) voltou a ameaçar fazer greve salarial em março. A entidade, que tem quase 14 mil associados, se reuniu com outras associações representantes da Polícia Federal, nesta terça-feira (27/2), em Brasília, para traçar as estratégias de mobilização dos servidores.

A reivindicação é pela segunda parcela da recomposição salarial e contra o anteprojeto de Lei Orgânica elaborado pelo ministério da Justiça. Segundo a Fenapef, “os policiais decidiram reunir no dia 15 na capital federal representantes de todas as entidades associativas e sindicais do Brasil. O objetivo é que o grupo faça uma ofensiva junto ao governo e ao Congresso Nacional para ver atendidas suas reivindicações. Os policiais devem ir neste dia ao Palácio do Planalto”.

O presidente da Federação, Marcos Vinício Wink, diz que o governo não tem agido corretamente com a categoria. “Além de afrontar os policiais federais, aquele anteprojeto é uma afronta à inteligência das pessoas que querem construir uma polícia cada vez mais moderna, eficiente, humana e democrática”.

Cerca de 120 representantes sindicais são esperados em Brasília no próximo dia 15. Os federais cruzaram os braços por um dia, há 15 dias. Os policiais protestam contra o anteprojeto de Lei Orgânica da Polícia Federal elaborado pelo Ministério da Justiça. O texto, por exemplo, acaba com as carreiras de papiloscopista e de escrivão da PF e, segundo a Fenapef, “não toca em questões cruciais como é o caso da progressão funcional dentro do órgão”.

Os policiais federais também cobram que o governo “cumpra o compromisso assumido no ano passado quando da negociação da recomposição salarial da categoria. Até o momento apenas uma, das duas parcelas da recomposição acordadas com o governo, foi repassada aos policiais”.

Mesmo se for deflagrada a greve, os policiais devem seguir as negociações com o governo federal. “O governo nos prometeu dois reajustes salariais de 30%. No primeiro, poucos chegaram a um reajuste de 20%. A maioria teve apenas 5%. Cortaram nossas gratificações. Dois ministros, da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, e do Planejamento, Paulo Bernardo, assinaram documento se comprometendo a voltar às negociações em janeiro. Mas sumiram do mapa. Estamos na iminência de greve”, explicou Wink.

Date Created
28/02/2007

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.